PORTARIA Nº 1.271, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO o encaminhamento SECOP (doc. <u>0536418</u>), bem como a Decisão GABPRES (doc. <u>0539417</u>), exarada nos autos do Processo Administrativo SEI/TJAM nº 2017/0000012152-00,

RESOLVE

INCLUIR o servidor FÁBIO DE ARAÚJO COUTO com ônus, na Comissão Permanente de Fiscalização, criada pela Resolução nº 005/2021 de 11 junho de 2021, a contar do início de sua designação como fiscal.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 1.272, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO o encaminhamento SECOP (doc.0539429), bem como a Decisão GABPRES (doc.0539472), exarada nos autos do Processo Administrativo SEI/TJAM nº 2018/0000016993-00,

RESOLVE

INCLUIR o servidor CARLOS RONALDO LIMA BARROCO FILHO com ônus, na Comissão Permanente de Fiscalização, criada pela Resolução nº 005/2021 de 11 junho de 2021, a contar do início de sua designação como fiscal.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 1.296, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência conferida pelo art. 70, I, da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO o Ofício n. 112/2022 - Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva (doc.0515918), informação DVPROVMP (doc.0528815) e a Decisão GABPRES (doc.0532393) nos autos do Processo Administrativo SEI/TJAM n.º 2022/000010233-00,

RESOLVE,

DESIGNAR o servidor Marcio da Silva Ferreira, Auxiliar Judiciário deste Poder, para exercer a Função Gratificada de Assistente de Diretor de Secretaria de Vara – FG-1 da Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva/AM, fazendo jus à gratificação de função até ulterior deliberação, a contar de 12/04/2022.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, **data registrada no sistema.**

(assinado digitalmente)

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 1.294, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO o encaminhamento SECOP (doc.0539476), bem como a Decisão GABPRES (doc.0539646), exarada nos autos do Processo Administrativo SEI/TJAM nº 2021/0000018449-00,

RESOLVE

DESIGNAR os servidores CLÁUDIA CORRÊA FORTUNATO como Fiscal e FÁBIO DE ARAÚJO COUTO como Suplente, a fim de acompanharem a execução do Contrato Administrativo 038/2021-FUNJEAM, celebrado entre esta Corte de Justiça e a Empresa G. REFRIGERAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI.

Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Administrativo

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justica do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 1.295, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO o encaminhamento SECOP (doc.0539476), bem como a Decisão GABPRES (doc.0539646), exarada nos autos do Processo Administrativo SEI/ 2021/0000018449-00,

RESOLVE

INCLUIR as servidora CLÁUDIA CORRÊA FORTUNATO com ônus, na Comissão Permanente de Fiscalização, criada pela Resolução nº 005/2021 de 11 junho de 2021, a contar do início de sua designação como fiscal.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justica do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 1.297, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO o Requerimento VCM 11/FHR (doc.0521724), informação DVPROVMP (doc.0529867) e a Decisão GABPRES (doc.0532187) nos autos do Processo Administrativo SEI/TJAM n.º 2022/000006968-00,

RESOLVE,

PRORROGAR os termos da Portaria nº 792/2022, de 30/03/2022, que designou o servidor WATTILA TEODORO DA SILVA para substituir, temporariamente, a servidora SANDRA ONETE DA SILVA no cargo comissionado de Diretor de Secretaria de Vara- PJ-DSV da11.ª Vara Criminal, pelo período de 03/05/2022 a 31/05/2022,remunerando-o pelo período que exceder os primeiros 30 (trinta) dias consecutivos de substituição.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 1.298, DE 11 DE MAIO DE 2022.

O Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.415, de 15 de março de 2021, bem como a Portaria n.º 1268/2019-TJAM, de 23/05/2019 e a Portaria n.º 1.976 de 28 de setembro de 2020-TJAM;

CONSIDERANDO o Parecer da AJAP (doc.0527662) e o Despacho GABPRES (doc.0545177), do Processo Administrativo SEI/ 2022/000009275-00.